

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os episódios de violência e brutalidade policial devem merecer a atenção do poder político e devem ser alvo do mais amplo escrutínio público, não só porque cada cidadão e cidadã deve ver os seus direitos respeitados e aceder à justiça, como pelo risco de se criar uma mácula sobre todos os elementos das forças de segurança.

Foi divulgado pela comunicação social que a aldeia de S. Luís, em Odemira, tem sido palco de sucessivos episódios de violência policial perpetrada contra a sua população. Segundo é relatado, pelo menos seis pessoas terão sido agredidas e ameaçadas de forma violenta por militares da GNR, tendo sido já formalizadas duas queixas contra os militares do posto.

As vítimas entrevistadas referem que as agressões chegam a durar horas e que se passam dentro do Posto da GNR, por forma a não serem vistas por mais ninguém. Acrescentam, ainda, que não tiveram qualquer comportamento provocatório, nem iniciaram qualquer desacato que pudesse justificar uma resposta de tamanha violência por parte da GNR. Uma das vítimas refere mesmo ter sido ameaçada de morte dentro do posto, tendo um dos militares apontado uma arma à sua cabeça.

A situação é de tal modo preocupante, que o Presidente da Junta de Freguesia pediu que fosse aberta uma investigação a este respeito. Refere ainda que há um clima de revolta por parte da população, bem como de medo relativamente a quem tem o dever legal de os proteger - os militares da GNR.

A confirmarem-se, estes factos são gravíssimos, e colocam em causa os mais elementares direitos dos cidadãos, o Estado de Direito e a confiança da sociedade nas forças de segurança.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Administração Interna as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que diligências foram levadas a cabo para apurar os factos agora relatados?
3. Foi instaurado um processo de inquérito e identificados os agentes envolvidos?

Palácio de São Bento, 8 de abril de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)